



Senado vai liderar revisão do pacto federativo, diz Davi

Após reunião de senadores com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, na quarta-feira, presidente da Casa também manifestou apoio à reforma da Previdência

Em reunião de senadores com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu um novo pacto federativo, com a redistribuição, entre União, estados e municípios, dos recursos arrecadados. Davi

disse que o pacto tem que estar na pauta do governo e que o Senado vai “pilotar” a revisão para fazer com que os recursos públicos cheguem aonde devem chegar.

Guedes condicionou o desenho de um novo pacto à aprovação da reforma da Previdência e de projeto sobre o pré-sal. **3**

Marcos Brandão/Senado Federal



Para Davi, a reforma da Previdência é fundamental, mas, no momento, o Senado vai liderar a revisão do pacto federativo



Ademir Rodrigues



Tominho Tavares/Agência Brasília



Christian Koepfer

Plenário comemora hoje em sessão os 59 anos de Brasília

Uma sessão especial no Plenário do Senado, às 10h, comemora hoje o 59º aniversário de Brasília, celebrado ontem. O requerimento para a sessão é

do senador Izalci Lucas.

Hoje patrimônio da humanidade, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. **2**

Criada comissão de comércio entre Brasil e Peru **4**

Apresentada pauta prioritária para o Nordeste **2**

Centros de desenvolvimento serão avaliados **3**

Comissão vota em maio MP dos ministério **4**

Definida agenda de análise da MP contra fraudes na Previdência

Colegiado aprova adesão à Convenção de Kyoto Revisada

A Comissão de Relações Exteriores aprovou na quarta-feira a adesão do Brasil à Convenção de Kyoto Revisada. O projeto de decreto legislativo segue agora para o Plenário do Senado.

Segundo o relator, senador Marcio Bittar, a convenção é

cada vez mais utilizada pela Organização Mundial do Comércio como a linguagem dos procedimentos aduaneiros. Como consequência da adesão, espera-se um maior crescimento e dinamismo do comércio global brasileiro, disse Bittar. **4**

Compartilhar dados na área de saúde é positivo, aponta debate

Em audiência da comissão mista que discute a medida provisória que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados, especialistas disseram que o compartilhamento de dados pessoais na área de saúde auxilia os serviços médicos e estimula a pesqui-

sa. Um dos artigos permite o compartilhamento entre entidades privadas, algumas vezes dispensando o consentimento do titular. É o caso de empresas de seguro e hospitais, para efetuar pagamento de serviços, e entre médicos, para diagnóstico. **2**

A comissão mista da medida provisória que institui mecanismos de combate a fraudes em benefícios previdenciários deverá votar o relatório preliminar em 8 de maio. Apresentado pelo relator, deputado Paulo Eduardo Martins, o plano de trabalho foi aprovado na quarta-feira no colegiado e prevê dois debates ainda neste mês. **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Audiência: dados médicos devem ser compartilhados

Em audiência para discutir a medida provisória que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados, especialistas disseram que a liberação de informações pessoais na área de saúde auxilia o setor

OS PRÓS E CONTRAS das novas regras de proteção de dados pessoais no setor da saúde foram o foco de audiência, realizada na quarta-feira, para embasar a votação da medida provisória que regulamenta a Lei Geral de Proteção de Dados.

Um dos artigos da MP 869/2018 altera regras de compartilhamento de dados entre entidades privadas, permitindo, em alguns casos, a dispensa do consentimento do titular. Na área de saúde, o compartilhamento pode ocorrer entre empresas de seguro e hospitais, para efetuar pagamento de serviços, entre médicos, para diagnóstico, e entre clínicas e pesquisadores ou órgãos públicos, para

subsidiar estudos e políticas públicas.

Para o representante da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica, Fabio Cunha, isso não significa quebra de sigilo pessoal. A exceção criada pela MP é importante para viabilizar tarefas das atividades de

saúde, disse ele.

Segundo o representante da Confederação das Santas Casas, Ronaldo Lemos, os avanços tecnológicos estão mudando o setor e a legislação precisa acompanhá-los.

A comissão é presidida por Eduardo Gomes (MDB-TO).



Vice-presidente da comissão, deputado JHC (C) comanda debate sobre a MP

Davi recebe pauta prioritária para o Nordeste

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu, na terça-feira, a *Carta de São Luís*, documento entregue por um grupo de deputados das assembleias do Nordeste, com os principais pontos de

interesse para parlamentares da região. A reforma da previdência, o pacto federativo e o fortalecimento dos órgãos regionais de desenvolvimento fazem parte das prioridades.

— Levarei ao conhecimento

de todos os senadores essas reivindicações. São pleitos legítimos, principalmente a permanência do Banco do Nordeste e de outras instituições de desenvolvimento da região — declarou Davi.

Kajuru cobra ações para redução do deficit habitacional

Jorge Kajuru (PSB-GO) cobrou do governo, na quarta-feira, um plano para acabar com o deficit habitacional. Segundo ele, estudo da Fundação Getulio Vargas aponta que faltam no Brasil 7,6 milhões moradias adequadas.

— A maior parte do deficit habitacional é provocada por famílias que têm grande parte da renda comprometida com o pagamento de aluguel, que são 3,27 milhões, e por famílias dividindo o mesmo teto, que são 3,22 milhões.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Rodrigo relata afundamento do solo em Maceió

O solo do bairro do Pinheiro, em Maceió, está afundando e coloca em risco a vida de cerca de 20 mil pessoas, disse Rodrigo Cunha (PSDB-AL). O senador pediu ao governo federal um pacote amplo de medidas para garantir segurança à população.

— O primeiro passo para o qual temos que ficar vigilantes é salvar vidas. Não apenas buscar os culpados, o que também é necessário, mas este é um momento de salvar vidas — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci apoia medida que cria a Região Metropolitana do DF

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu a aprovação da medida provisória que cria a Região Metropolitana do Distrito Federal. O senador relatou a dificuldade de negociação com as bancadas de Goiás e Minas Gerais para um consenso em relação à MP 862/2018.

— Entre os municípios, 90% são de Goiás. Então, se o governo de Goiás não quer a aprovação da medida, não há por que exigir e tentar fazer isso na base do voto. Eu acho que tem que ser um consenso.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Aniversário de Brasília será comemorado hoje em sessão

O Senado realiza sessão especial hoje, às 10h, para comemorar o 59º aniversário de Brasília, celebrado ontem. O requerimento foi assinado por Izalci Lucas (PSDB-DF) e propõe um debate sobre o futuro da cidade e a valoriza-

ção do seu plano urbanístico. Fundada em 21 de abril de 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), Brasília foi planejada por Lúcio Costa (1902-1998) e pelo arquiteto Oscar Niemeyer (1907-2012).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Aposentadorias especiais

9h Audiência para debater Previdência, com foco nas aposentadorias especiais.

SESSÃO ESPECIAL 59 anos de Brasília

10h Comemoração do 59º aniversário da capital federal.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CDH Previdência e segurança pública

9h Debate sobre previdência dos profissionais civis de segurança pública.

MP 870/2019 Ministérios

9h Audiência. Às 14h, mais um debate.

CAE Previdência militar

10h Análise de autorização de empréstimo para Camaçari (BA) Depois, audiência para debater proposta de reforma da Previdência dos militares.

MP 862/2018 Nova região no DF

10h Análise de relatório.

CE Agricultura familiar

11h Entre 21 itens, o PLS 331/2017, que aumenta recursos para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

CI Atuação da Anatel

11h Audiência com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Leonardo Euler de Moraes.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

13h Funcionários da Vale e da Tüv Sud Brasil. Depois, análise de requerimentos.

CADEIAS PRODUTIVAS Subcomissão

15h Instalação e eleição.

CAE/CAS Leis contra drogas

9h Apreciação conjunta do PLC 37/2013, que endurece a legislação antidrogas.

QUARTA

MP 870/2019 Ministérios

9h Audiência. Às 14h, mais um debate.

CAE Previdência militar

10h Análise de autorização de empréstimo para Camaçari (BA) Depois, audiência para debater proposta de reforma da Previdência dos militares.

MP 862/2018 Nova região no DF

10h Análise de relatório.

CE Agricultura familiar

11h Entre 21 itens, o PLS 331/2017, que aumenta recursos para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

CI Atuação da Anatel

11h Audiência com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Leonardo Euler de Moraes.

CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

13h Funcionários da Vale e da Tüv Sud Brasil. Depois, análise de requerimentos.

CADEIAS PRODUTIVAS Subcomissão

15h Instalação e eleição.

CAE/CAS Leis contra drogas

9h Apreciação conjunta do PLC 37/2013, que endurece a legislação antidrogas.

QUINTA

MP 870/2019 Ministérios

9h Audiência. Às 14h, mais um debate.

CAS Spinraza

10h Instalação de 3 subcomissões. Depois, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, assina portaria que regulamenta a disponibilização do remédio Spinraza pelo SUS.

CCJ Nomes para o CNMP

10h Entre 18 itens, 3 indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público e o PLC 120/2017, que dispensa carta de anuência em georreferenciamento de imóveis rurais.

CRA Marisqueiras

11h O PLC 47/2017, que regulamenta atividades das marisqueiras, é um dos 8 itens da pauta.

CMA Madeira em obra pública

14h Na pauta de 13 itens, o PLS 234/2016, que exige comprovação de origem da madeira usada em obras públicas.

MP 867/2018 Regulação ambiental

14h30 Análise de relatório.

CAS Zika vírus e microcefalia

8h30 Audiência sobre questões que envolvam o Zika vírus e a microcefalia.

CMA Cadastro Ambiental Rural

9h Audiência para analisar dados do Cadastro Ambiental Rural.

MP 870/2019 Ministérios

9h Audiência pública.

MP 871/2019 Fraudes previdenciárias

9h30 Audiência pública.

SESSÃO ESPECIAL Rede Globo

9h 54º aniversário da Rede Globo.

SEXTA

Previsão atualizada às 18h de quarta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Revisão do pacto federativo, começa no Senado, diz Davi

O presidente da Casa manifestou apoio à reforma da Previdência. Ele participou de uma reunião de senadores na quarta-feira com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, defendeu um novo pacto federativo, com redistribuição dos recursos arrecadados entre União, estados e municípios. Na quarta-feira, ele anunciou a criação de grupos temáticos pelo Senado e pelo Ministério da Economia, a partir desta semana, para estudar mudanças na legislação e estabelecer uma nova fórmula de distribuição dos recursos públicos para os entes federativos.

Após reunião com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, Davi manifestou apoio à reforma da Previdência, que classificou como fundamental. Mas, no momento, disse o presidente da Casa, o Senado vai “pilotar” a revisão do pacto federativo.

Davi afirmou que está na hora de levar à frente o slogan “Mais Brasil, menos Brasília”, adotado durante a campanha pelo atual governo.

— O pacto federativo tem que estar na pauta do governo. A gente sente que está. Temos que fazer com que os recursos públicos cheguem na ponta.



Bezerra, Davi (C), Guedes, Petecão, Izalci e Elmano debatem divisão de verbas

O ministro Paulo Guedes afirmou que o governo estuda o adiantamento de repasses aos estados exportadores. Ele condicionou o desenho de um novo pacto federativo às aprovações da reforma da Previdência e do projeto que trata da cessão onerosa do petróleo da camada pré-sal. Segundo Guedes, sem as reformas, a União também ficará sem recursos e o novo pacto com estados e municípios será um “abraço de afogados”.

— O dinheiro tem que ir aonde o povo está, nos municípios. Mas quem calibra quanto fica para estados e municípios é o Senado e a

Câmara — disse.

Davi também defendeu a continuidade de recursos para o programa de habitação do governo federal, o Minha Casa, Minha Vida, e afirmou que Guedes se mostrou sensível a essa demanda. De acordo com o presidente do Senado, o programa é fundamental para garantir moradia e manter o setor de construção civil aquecido.

Sobre a reforma da Previdência, Davi Alcolumbre reafirmou que o Senado está alinhado com a pauta do país.

— O Brasil precisa das reformas e a mãe das reformas é a da Previdência.

Wellington quer novas regras para royalty do pré-sal

Preocupado com a dificuldade financeira de estados e municípios,



Genildo Magalhães/Agência Senado

Wellington Fagundes (PR-MT) apresentou o Projeto de Lei 2.258/2019, que prevê novas regras para distribuição dos royalties do petróleo. A medida visa, segundo ele, proporcionar uma divisão justa dos recursos pagos pela exploração do pré-sal.

— Queremos distribuir as riquezas do país a todos os brasileiros. A produção se concentra principalmente na costa marítima, mas pertence a todos.

Vanderlan critica altos preços dos combustíveis

Vanderlan Cardoso (PP-GO) criticou os preços dos combustíveis no país, que



Genildo Magalhães/Agência Senado

considera altos. Segundo ele, durante muito tempo acreditava-se que, com a autossuficiência de petróleo, o país não teria as tarifas fixadas em dólar e, portanto, haveria queda nos preços. Vanderlan defendeu a ideia de quebra no monopólio da produção do petróleo.

— Monteiro Lobato, há 100 anos, já sabia que o monopólio não era bom para o Brasil. Ele sabia que monopolizar deixaria os preços mais altos.

Styvenson se diz contra doação de comissionados

Styvenson Valenteim (Pode-RN) manifestou posição contrária à doação a partidos políticos de servidores em cargo em comissão. A emenda supressiva apresentada pelo seu partido foi rejeitada no dia anterior pelo Plenário por 36 votos a 16.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Não acho correto. Essa prática é corrosiva — afirmou ele, para quem a prática estimula a corrupção na máquina pública.

Styvenson também disse ser possível concorrer a cargo eletivo sem grandes estruturas de campanha.

Comissão da MP contra fraudes na Previdência já tem cronograma

O relatório preliminar sobre a medida provisória que institui mecanismos de combate a fraudes em benefícios previdenciários deverá ser votado em 8 de maio na comissão mista da MP 871/2019. Apresentado pelo relator, deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), o plano de trabalho foi aprovado na quarta-feira no colegiado, presidido pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Em 25 e 30 de abril, a comissão pretende debater a MP com representantes do Ministério da Economia, da Casa Civil, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar).

Também serão ouvidos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf) e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

A MP 871/2019 institui, no âmbito do INSS, o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, com duração até 31 de dezembro de 2020 e possibilidade de prorrogação até 31 de dezembro de 2022.

A medida também altera a Lei 8.009, de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, para incluir a ressalva de que bens podem ser penhorados em processo movido para cobrança de crédito constituído pela Procuradoria-Geral Federal em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial recebido indevidamente por dolo, fraude ou coação.

A MP modifica ainda as regras de pensão por morte, a partir de alterações na Lei 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais.

Aprovado plano de trabalho para avaliar centros de desenvolvimento regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará audiências para avaliar o funcionamento dos centros de desenvolvimento regional ao longo de 2019, projeto que tem como objetivo aproximar as universidades do setor produtivo. O plano de trabalho com o cronograma das atividades de avaliação dessa política pública foi aprovado na quarta-feira.

Segundo Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente da CDR, os estudantes e professores envolvidos nos centros de desenvolvimento regional são estimulados a desenvolver ações empreendedoras com o setor produtivo e as comunidades locais.

Já existem projetos-piloto no sudoeste paulista, na região de Campanha (RS), em Campina Grande (PB), no Distrito Federal e Entorno, e no Triângulo Mineiro.

A iniciativa nasceu em 2017 em uma parceria do Ministério da Educação com

o Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados. Cada centro recebeu do MEC R\$ 150 mil para se estruturar. A meta é replicar as experiências bem-sucedidas aos mais de 1.300 campi no país. Segundo Izalci, a intenção da CDR é analisar o andamento da proposta e avaliar a viabilidade de implantá-la em todo o país.

A comissão aprovou ainda pedido de Jaques Wagner (PT-BA) para debater a proposta de privatização da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, que cuida da rede de 4,5 mil quilômetros de gasodutos da empresa. O Supremo Tribunal Federal (STF) analisa um pedido de suspensão da venda da empresa.

— De acordo com decisão cautelar emitida em 2018 pelo ministro Ricardo Lewandowski, a Petrobras está proibida de vender o controle acionário de subsidiárias sem licitação. A TAG é rentável — disse Jaques Wagner.

RÁPIDAS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM FOCO NAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS SERÁ DEBATIDA

A reforma da Previdência, com foco nas aposentadorias especiais, será o tema de mais uma audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) marcada para hoje. O ciclo de debates sobre a PEC 6/2019 atende a requerimento do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). Entre os convidados, estão representantes da Federação Nacional dos Portuários e da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário da União.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA OUVIU MINISTRO MARCOS PONTES NA QUARTA

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Vanderlan Cardoso (PP-GO), informou que o ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, vai participar de audiência na quarta-feira. Na quarta-feira passada, a CCT autorizou ou renovou o funcionamento de 17 rádios comunitárias, outorgou a concessão de uma rádio AM e autorizou a permissão e renovou a concessão de duas emissoras de TV.

POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SERÁ AVALIADA EM 2019

A Comissão de Assuntos Sociais vai avaliar em 2019 a política de reconhecimento de pessoas com deficiência. Requerimento de Soraya Thronicke (PSL-MS) foi aprovado na quarta-feira. Ela argumentou que o Poder Executivo deveria ter regulamentado a Lei 13.146, de 2015, que estabeleceu o modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência, mas não o fez. Por isso, segundo Soraya, a perícia oficial tem sido realizada num modelo já ultrapassado.

SENADO É ILUMINADO DE VERMELHO NA PASSAGEM DO DIA DA HEMOFILIA

A cúpula e o prédio do Senado foram iluminados de vermelho na noite na quarta-feira para marcar a passagem do Dia Mundial da Hemofilia, celebrado em 17 de abril. A intenção da autora do pedido, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é chamar a atenção para o diagnóstico precoce da doença. A Organização Mundial da Saúde coloca o Brasil como quarto colocado no mundo em número de pacientes diagnosticados, cerca de 12 mil pessoas.

Adesão a acordo aduaneiro usado na OMC vai a Plenário

Comissão de Relações Exteriores aprovou texto da Convenção de Kyoto Revisada, base de procedimentos modernos no comércio mundial para redução da burocracia e para adoção da gestão coordenada de fronteiras

A ADESÃO DO Brasil à Convenção de Kyoto Revisada foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). A análise do projeto de decreto legislativo (PDL 74/2019) segue agora ao Plenário do Senado.

O relator, Marcio Bittar (MDB-AC), destacou que a convenção é cada vez mais utilizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a linguagem dos procedimentos aduaneiros. Como consequência da adesão, espera-se um maior crescimento e dinamismo do comércio global brasileiro, segundo Bittar.

O senador destacou que a convenção é a base dos procedimentos aduaneiros mais modernos, como o sistema de “guichê único” nas fronteiras comuns, visando diminuir a burocracia e a adoção da gestão coordenada de fronteiras.

Bittar citou a posição oficial do Itamaraty, para quem a convenção representa as melhores práticas internacionais



Antonio Anastasia ouve o relator da proposta, Marcio Bittar, na CRE

na área, adotadas pelos países que representam mais de 80% do comércio mundial.

— É digno de nota que entre as 14 maiores economias do globo, e especialmente dentro do Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul], apenas nosso país ainda não aderiu à Convenção de Kyoto Revisada. Ela representa um marco importante na simplificação dos controles, sendo o ponto de partida e o pano de fundo das atuais negociações sobre facilitação comercial na Ro-

gada Doha da OMC. A adesão do Brasil propiciará uma maior inserção no cenário exterior, fazendo com que os principais atores do comércio internacional tenham conhecimento da adequação brasileira às melhores práticas — disse.

O senador ainda entende que a internalização do acordo adequará também o Mercosul às modernas tendências internacionais aduaneiras, calcadas na gestão de risco, na informatização e na cooperação entre aduanas.

Senador quer normalizar relações com Venezuela

O presidente da subcomissão que trata das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela, senador Telmário Mota (Pros-RR), relatou na quarta-feira, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), sua recente viagem oficial a Caracas.

No início da semana passada, ele participou de reuniões de trabalho com o presidente Nicolás Maduro, com o chance-

ler, Jorge Arreaza, e com outras autoridades.

— Fui à Venezuela porque sou brasileiro, luto pelo meu país e por Roraima, por causa dos enormes prejuízos na balança comercial que estão ocorrendo. Roraima está à beira do colapso por conta disso. O presidente Maduro anunciou que iria reabrir a fronteira e fez o gesto.

Segundo o senador, Maduro

também informou que a Venezuela vai adquirir todos os produtos alimentícios de Roraima que estiverem à disposição, pagando antecipadamente.

Telmário ainda apresentou uma carta que será entregue aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), em que Maduro convida uma comissão do Senado brasileiro a visitar o país.

Telmário Mota pede que fronteira seja reaberta logo

Telmário Mota (Pros-RR) cobrou na quarta-feira do presidente Jair Bolsonaro medidas para beneficiar a população de Roraima, pedindo esforços para a reabertura da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Além do prejuízo de R\$ 200 milhões no comércio entre Roraima e Venezuela, ele citou que, desde o fechamento, em 21 de fevereiro, o Brasil já gastou R\$ 265 milhões para acolher venezuelanos, duas vezes o que foi despendido durante a missão de pacificação do Haiti, isso sem falar no aumento da despesa para assegurar a energia em Roraima, disse o senador.



Genildo Magêlo/Agência Senado

Paulo Rocha critica projeto do governo de privatizar a Eletrobras

O Ministério de Minas e Energia deverá concluir a proposta de venda da Eletrobras até junho, disse Paulo Rocha (PT-PA). Ele criticou a intenção do governo de privatizar a empresa.

O senador destacou a importância da Eletrobras, explicando que a estatal é responsável por cerca de um terço da capacidade de geração de energia no país e possui 47% das linhas de transmissão.

O senador citou como um exemplo malsucedido de privatização a Centrais Elétricas do Pará, vendida em 1998. Segundo ele, a empresa tem a segunda tarifa mais cara do Brasil e um dos piores serviços.



Genildo Magêlo/Agência Senado

Esperidião Amin cobra do governo definição da data do Revalida

Esperidião Amin (PP-SC) cobrou do governo, na quarta-feira, a definição da data do Revalida, exame exigido para que formados em medicina em outros países possam exercer a profissão no Brasil. Segundo ele, a definição também é importante para muitos profissionais, estrangeiros e brasileiros, que atuam no Programa Mais Médicos.

— Este apelo faço em nome de todos aqueles que querem o caminho do certo, porque ninguém está pedindo o favor do acobertamento, pedimos o direito de um profissional ser examinado para saber se pode ou não exercer a sua profissão no território brasileiro.



Waldemir Baretto/Agência Senado

Criada comissão externa para buscar aproximação comercial com o Peru

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou na quarta-feira a criação de uma comissão externa para, no prazo máximo de 90 dias, realizar uma visita oficial ao Peru. A comissão, que será formada por três senadores, vai se encontrar com o presidente Martín Vizcarra, cumprirá agendas de trabalho no Parlamento do país e com entidades representativas dos setores produtivos.

A iniciativa partiu do senador Marcio Bittar (MDB-AC), que encontrou-se recentemente com o embaixador peruano no Brasil, Javier Verdeguer. Bittar ressaltou que os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países vêm se empenhando para fechar acordos de liberalização do comércio e cooperação fronteiriça. O senador defende que um acordo com a nação andina será essencial para o desenvolvimento de toda a Região Norte brasileira, especialmente o Acre.

— Um acordo com o Peru

fará com que nossos produtos cheguem mais rapidamente aos grandes mercados da Ásia, como a China, que é a nossa maior parceira comercial. Além disso, o próprio Peru tem apresentado um dinamismo econômico consistente nos últimos anos — disse.

Bittar destacou o fato de a China estar atuando junto a autoridades brasileiras e peruanas para viabilizar a construção da Ferrovia Bioceânica, que atravessará os dois países sul-americanos. Esse fator, disse, pode ter um impacto profundo na economia acreana e de outros estados das regiões Norte e Centro-Oeste, aumentando significativamente a pauta exportadora.

Também na quarta, a CRE aprovou a assinatura de um acordo aéreo entre Brasil e Bahamas, assim como a criação de grupos parlamentares com os Estados Unidos (PRS 6/2019) e com a França. A análise dessas propostas segue ao Plenário.

MP que reorganiza ministérios deve ser votada em comissão mista em 8 de maio

A comissão mista da medida provisória que reorganiza os órgãos da Presidência da República e os ministérios aprovou na quarta-feira o plano de trabalho apresentado pelo relator, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A intenção é que o relatório sobre a MP 870/2019 seja apresentado em 7 de maio e votado no dia seguinte.

Os integrantes da comissão definiram a realização de quatro audiências, que começam nesta semana. Amanhã e quarta-feira os debates serão dedicados aos críticos da propostas. Entre os convidados estarão representantes de comunidades negras, quilombolas e LGBTQ, do MST, do Greenpeace e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

Pelo governo, serão ouvidos representantes do Ministério da Economia e da Casa Civil.

A pedido do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), será convidado também o ex-ministro extraordinário da Segurança Pública Raul Jungmann.

— Entendemos que foi um equívoco unificar novamente o Ministério da Segurança Pública com o da Justiça, formando um superministério. Tenho tudo a favor do superministro Sergio Moro, mas tenho dificuldade em entender o fato de que políticas públicas e ações tão importantes possam ter uma gestão eficaz com uma pasta desse tamanho — argumentou.

A oposição já sinalizou que vai oferecer resistência às mudanças propostas pelo Executivo. O deputado Alexandre Padilha (PT-SP), por exemplo, classificou o texto de “MP da Destruição” por prejudicar políticas públicas importantes e consolidadas há tempos no país.

Acir Gurgacz vai comandar subcomissão temporária sobre regularização fundiária

Acir Gurgacz (PDT-RO) foi eleito na quarta-feira presidente da Subcomissão Temporária sobre a Regularização Fundiária, que funciona na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A relatora é a presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS).

A subcomissão vai avaliar a Lei da Regularização Fun-

diária (Lei 13.465 de 2017), sancionada em 2017 pelo ex-presidente Michel Temer. O texto institui mecanismos para agilizar a regularização das propriedades.

— A falta de regularização causa grande insegurança jurídica. Quando não se tem um CPF à frente de uma propriedade rural, ela não tem dono — afirmou Gurgacz.